



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

EDITAL
REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024

A Prefeitura Municipal de Governador Archer/MA, por intermédio de sua Pregoeira, infra constituído e designado pela **Portaria nº 039 de 22/01/2024**, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, conforme consta no Processo Administrativo nº 23/2024, no presente Edital e seus anexos.

A Licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie e da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, subsidiariamente, no que couber, sendo em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

DADOS DO CERTAME	
Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.	
Objeto: Registro de Preço para aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e saneamento de Governador Archer/MA.	
Esclarecimentos/Impugnações: Até 13/09/2024 às 23:59 para o endereço: www.comprasgovarcher.com.br	
Início da Sessão Eletrônica: Dia 18/09/2024 às 09:00 horas	
Sistema Eletrônico Utilizado: BR CONECTADO	
Endereço Eletrônico: www.comprasgovarcher.com.br	
Endereço para retirada do Edital: Praça Getúlio Vargas, 12- Centro, Governador Archer/MA, ou pelos sites http://portal.governadorarcher.ma.gov.br/ ou www.comprasgovarcher.com.br	
VALOR ESTIMADO, MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	<input type="checkbox"/> Valor: _____ <input type="checkbox"/> Estimado <input type="checkbox"/> Máximo <input type="checkbox"/> Referência <input checked="" type="checkbox"/> Orçamento Sigiloso.
NATUREZA DO OBJETO:	<input checked="" type="checkbox"/> AQUISIÇÃO <input type="checkbox"/> SERVIÇO <input type="checkbox"/> OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	<input type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 <input type="checkbox"/> Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação.
Prazo para envio da Proposta Adequada/Documentação: até 02 (duas) HORAS .	
INFORMAÇÕES	
Pregoeira: Milena Santos da Silva / E-mail: galicitacao.ma@gmail.com	
Endereço: Prefeitura Municipal de Governador Archer/MA, localizada na Praça Getúlio Vargas, 12- Centro, Governador Archer/MA	

OBS: Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF. **OBS:** Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Referências da Parte Geral	ITEM	Definições da Parte Específica
MODO DE DISPUTA	7.10.	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO <input type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO <input type="checkbox"/> FECHADO E ABERTO
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	2.	<input checked="" type="checkbox"/> POR GRUPO <input type="checkbox"/> POR ITEM <input type="checkbox"/> POR GRUPO, e POR ITEM. <input type="checkbox"/> GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	3.	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO: Intervalo de R\$ 0,01 <input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO: Intervalo de % ____.
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	4.1.	<input checked="" type="checkbox"/> REGISTRO DE PREÇOS. Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do disposto na Lei nº. 14.133/2021, art. 82. <input type="checkbox"/> INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
CONSÓRCIO	SEÇÃO III	<input type="checkbox"/> Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes na SEÇÃO III da Parte Geral deste Edital. <input checked="" type="checkbox"/> Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
VALIDADE DA PROPOSTA		A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública. a) Proposta de preços deverá constar discriminação detalhada de todos os itens do objeto,

		marca/modelo (quando couber), o tipo, e a quantidade solicitada.
DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item ____ do Termo de Referência.
CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO (admita a atualização para esta data através de índices oficiais)	17.	<input checked="" type="checkbox"/> Comprovante, na forma da lei, de registro ou arquivamento na Junta Comercial ou no Cartório competente, conforme o caso, de: <input checked="" type="checkbox"/> patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente; <input type="checkbox"/> capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente; <input type="checkbox"/> patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/lote pertinente. <input type="checkbox"/> capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. <input type="checkbox"/> Não haverá exigência quanto à comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	18.	<input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> SIM. Conforme item 12.9.5 do Termo de Referência.
DEMAIS DOCUMENTOS QUALIFICAÇÃO TÉCNICA		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM
LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS:	SEÇÃO XV	<input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> SIM
POSSIBILIDADE DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	SEÇÃO XV	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:	SEÇÃO XII	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM – Prazo para entrega da amostra na forma do

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

		item ____ do Termo de Referência
VISITA TÉCNICA	SEÇÃO XIII	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, FACULTATIVA, na forma do item ____ do Termo de Referência
PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item ____ da Minuta do Contrato
GARANTIA DE EXECUÇÃO		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item ____ da Minuta do Contrato
ANEXOS	47.8.	Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II – ETP (Estudo Técnico Preliminar); Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços; Anexo IV - Minuta do Contrato;
		OBSERVAÇÕES:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

PARTE GERAL

SEÇÃO I - DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição/serviços do objeto descrito no campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.1. Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Termo de Referência e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. A Parte Específica determinará a forma de apresentação das propostas, que poderá ser da seguinte forma:

2.1. **MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE** (grupo de itens): Para esta forma de apresentação das propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.2. **MENOR PREÇO POR ITEM**: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. **MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE e POR ITEM**: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos e itens forem de seu interesse. Em se tratando de **GRUPO/LOTE**, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.4. **MENOR PREÇO GLOBAL**.

3. A **Parte Específica determinará** o critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que poderão ser menor preço ou maior desconto.

3.1. A Parte Específica também determinará o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

SEÇÃO II - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. No campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital consta os dados orçamentários referentes a contratação.

SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no portal de compras da prefeitura, qual seja, <http://portal.governadorarcher.ma.gov.br/>.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.4. Não poderão disputar esta licitação:

5.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O impedimento de que trata o item 5.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.4.2 e 5.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.8. O disposto nos itens 5.4.2 e 5.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10. A vedação de que trata o item 5.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

NOTA: Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;
2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;
3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;
4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.
5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:
 - a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;
 - b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 4.

6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;
7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira observada o disposto no item 1;
9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio.

SEÇÃO IV - DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO V - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será indicada no portal de compras.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.18. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.19. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.20. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.21. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.22. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.23. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“FECHADO E ABERTO”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.24. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.21, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.26. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.27. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.28. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.29. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.30. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.31. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.32. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.33. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.34. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.35. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.36. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação, do porte da entidade empresarial.

7.37. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.38. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.39. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.40. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.41. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.42. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.42.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.42.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.42.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.42.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.43. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.43.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.43.2. empresas brasileiras;

7.43.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.44. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.44.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.44.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.44.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.45. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.46. A não apresentação de documentação complementar e/ou proposta adequada dentro do prazo estabelecido ensejará na desclassificação da proposta.

7.47. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

SEÇÃO VIII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 05% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

8.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

SEÇÃO X – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na IN SEGES nº 73/2022, podendo ser solicitado ao licitante a apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços para análise quanto a exequibilidade da proposta.

10.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.2.1. conter vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3. No caso de bens e serviços em geral, considerar-se-á a inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.3.1.1. Poderá ser aberto prazo para apresentação de planilha de custo e formação de preços, sob pena de desclassificação, à empresa que descumprir o item 10.3 do Edital, momento em que deverá demonstrar que o custo da empresa não ultrapassada o da proposta e que existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha, no prazo de duas horas, por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.13. A sessão poderá ser suspensa para análise da proposta de preços e/ou da documentação de habilitação, momento em que deverá ser indicado a data e horário de retomada da sessão;

10.13.1. A remarcação da sessão, quando não divulgado no ato que a suspendeu, deverá respeitar o prazo mínimo de 24 horas entre a comunicação via sistema e a abertura da sessão;

SEÇÃO XI - DA HABILITAÇÃO

11. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo designado no campo **“DADOS DO CERTAME”**, sob pena de inabilitação.

12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Governador Archer/MA, localizado à Praça Getúlio Vargas, 12- Centro, CEP: 65.770-000, Governador Archer/MA.

13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

14. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

16. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a **Certidão Conjunta Negativa de Débitos** expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante a **Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa** do Estado e **Certidão Negativa quanto a Tributos** Estaduais.
- e) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a **Certidão Negativa de Dívida Ativa relativa aos Tributos (ISS e TLVF)** e apresentação do licenciamento para localização e Funcionamento empresarial;
- f) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**;
- g.1) As microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.
- g.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação;
- g.3) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei;

17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- b.1) Publicados em **Diário Oficial** ou;
- b.2) Publicados em **jornal de grande circulação** ou;
- b.3) Registrados na **Junta Comercial** da sede ou domicílio do licitante ou;
- b.4) Por cópia do **Livro Diário**, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma do artigo 6º, da IN nº 11 de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - BREI, acompanhada obrigatoriamente dos **Termos de Abertura e de Encerramento**;

- c) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a empresa deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado;
- d) A pessoa jurídica optante do **Sistema de Lucro Real ou Presumido** deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTABIL, nos termos da INRFB 1.420/2013;
- e) A pessoa jurídica optante pelo **Simple Nacional** deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do termo de opção ao simples nacional;
- f) **Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Documentação e Proposta.
- *Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.*

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1. As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na Parte Específica deste Edital.

18.2. Documentos a serem exigidos na Parte Específica deste Edital, para atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, de acordo com a natureza do objeto.

19. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

19.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

21. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

22. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

23. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

24. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

25. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

25.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

26. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

SEÇÃO XII - DA AMOSTRA

27. A exigência de amostra será aquela discriminada na Parte Específica deste Edital.

SEÇÃO XIII - DA VISITA TÉCNICA

28. A exigência de visita técnica será discriminada na Parte Específica deste Edital.

28.1. O atestado de vistoria, caso exigido, poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

SEÇÃO XIV - DO RECURSO

29. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

30. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

31. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

32. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

33. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

34. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
35. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
36. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
37. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
38. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
39. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
40. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
41. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
42. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Prefeitura.

SEÇÃO XV - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

43. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 43.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 43.1.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 43.1.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 43.2. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Portal da Transparência.
- 43.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

43.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

43.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

43.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

43.7. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a **Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento**.

SEÇÃO XVI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

44. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

44.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

44.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

44.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

44.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

44.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

44.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

44.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

44.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

44.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

44.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

44.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

SEÇÃO XVII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

45. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

45.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

45.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

45.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

45.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

45.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

45.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

45.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

45.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

45.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

45.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

45.1.5. Fraudar a licitação.

45.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

45.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

45.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

45.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

45.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

45.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

45.2.1. advertência;

45.2.2. multa;

45.2.3. impedimento de licitar e contratar e

45.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

45.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

45.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

45.3.2. as peculiaridades do caso concreto

45.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

45.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

45.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

45.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

45.4.1. Para as infrações previstas nos itens 0 a 0, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

45.4.2. Para as infrações previstas nos itens 0 a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

45.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

45.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

45.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

45.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0 a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0 a 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

45.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

45.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

45.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

45.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

45.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

45.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

SEÇÃO XVIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

46. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

46.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

46.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Portal de Compras de Governador Archer, www.comprasgovarcher.com.br /ou através do e-mail: galicitacao.ma@gmail.com.

46.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

46.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

46.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

47. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

47.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

47.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

47.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

47.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

47.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

47.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

47.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

47.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	ETP (Estudo Técnico Preliminar)
ANEXO III	Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO IV	Minuta do Contrato

Governador Archer/MA, 28 de agosto de 2024.

Viviane da Silva Vieira
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 060/2023

ANEXO I
- TERMO DE REFERÊNCIA -

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO.

1.1 Registro de Preço para aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e saneamento de Governador Archer/MA.

2. ESTIMATIVA

2.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do **OBJETO**, conforme tabela abaixo:

GRUPO I - MEDICAMENTOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	AMBROXOL XAROPE ADULTO, 30 MG/ 5 ML, 100 ML.	VIDRO-VDR	1.500
02	AMBROXOL XAROPE PEDIATRICO, 15 MG/ 5 ML, 100 ML.	VIDRO-VDR	1.500
03	AMPICILINA 250 MG/5 ML,60 ML	VIDRO-VDR	500
04	AMPICILINA 500 MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
05	BROMOPRIDA GOTAS, 20 ML.	FRASCO-FR	1.000
06	CETOCONAZOL 200 MG CMP	COMPRIMIDO-COM	22.000
07	CETOCONAZOL CREME	TUBO	1.000
08	CIMETIDINA 200 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	8.000
09	CINARIZINA 25 MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
10	CINARIZINA 75 MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
11	COMPLEXO B CMP	COMPRIMIDO-COM	25.000
12	COMPLEXO B GOTAS DE 20 ML.	VIDRO-VDR	1.000
13	COMPLEXO B XAROPE	VIDRO-VDR	1.000
14	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 15MG/ML GOTAS, C/ 20 ML.	VIDRO-VDR	1.000
15	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	6.000
16	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	40.000
17	DIMETICONA 40 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	15.000
18	DIPIRONA 500 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	45.000
19	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG, COMP	COMPRIMIDO-COM	90.000
20	IODETO DE POTASSIO 100 ML XAROPE	VIDRO-VDR	1.000
21	NEOMICINA + BACITRACINA 0,5%, C/ 10 G.	BISNAGA-BG	1.000
22	NISTATINA CREME VAGINAL 250.000 UI, 50 GR.	BISNAGA-BG	1.500
23	OLEO MINERAL 100 ML	VIDRO-VDR	240
24	OMEPRAZOL 40MG	COMPRIMIDO -COM	8.000
25	POLIVITAMINA LIQ. 100 ML	VIDRO-VDR	500
26	SALBUTAMOL 0,04% XAROPE C/ 100ML.	FRASCO-FR	1.500
27	SECNIDAZOL 1G, CMP	COMPRIMIDO-COM	4.000
28	VITAMINA C GOTAS 20 ML.	VIDRO-VDR	3.000
29	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG/0,2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (EQUIVALENTE A 100MG/ML) - SERINGA 0,2ML	UNIDADE-UN	30
30	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (EQUIVALENTE A 100MG/ML) - SERINGA	UNIDADE-UN	120

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

	0,4ML		
31	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (EQUIVALENTE A 100MG/ML) - SERINGA 0,6ML	UNIDADE-UN	120
32	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML IV C/ 25	CAIXA-CX	5

GRUPO II- MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA HOSPITALAR			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
33	ACIDO ASCÓRBICO 1G, INJ. AMP. 5 ML.	AMPOLA-AMP	2.000
34	ACIDO TRANEXÂMICO 250MG/5ML, INJ.	AMPOLA-AMP	1.000
35	ÁGUA DESTILADA 1 LT	UNIDADE-UN	600
36	ÁGUA DESTILADA 500 ML	UNIDADE-UN	600
37	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML	AMPOLA-AMP	3.000
38	ÁGUA PARA INJEÇÃO 250 ML, SISTEMA FECHADO.	VIDRO-VDR	600
39	AMINOFILINA 24MG/ML INJET.10ML	AMPOLA-AMP	600
40	AMIODARONA 150 MG/ 3 ML	AMPOLA-AMP	500
41	AMIODARONA 50 MG/ML	AMPOLA-AMP	500
42	AMPICILINA 1G, INJ.	AMPOLA-AMP	2.000
43	AMPICILINA 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	4.000
44	ATENOLOL 100 MG	COMPRIMIDO-COM	3.000
45	ATENOLOL 50 MG	COMPRIMIDO-COM	3.000
46	ATROPINA 0,25 MG, AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	1.000
47	BROMOPRIDA 4MG/ML 20 ML GOTAS	FRASCO-FR	1.000
48	BROMOPRIDA 5 MG/ML 2 ML	AMPOLA-AMP	2.000
49	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 10 MG/ML C/ 20 ML GOTAS (BUSCOPAN COMPOSTOGOTAS)	FRASCO-FR	500
50	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML INJETÁVEL (BUSCOPAN COMPOSTO)	AMPOLA-AMP	5.000
51	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML 1 MIL (BUSCOPAN SIMPLES)	AMPOLA-AMP	3.000
52	CEFALEXINA 500 MG	COMPRIMIDO-COM	3.600
53	CEFALOTINA 1G S/ DILUENTE, INJ.	AMPOLA-AMP	5.000
54	CEFTRIAXONA 1 GR INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	3.000
55	CIMETIDINA 200MG	COMPRIMIDO-COM	15.000
56	CIMETIDINA 300MG/2ML, INJ.	AMPOLA-AMP	3.000
57	CINARIZINA 25MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	1.200
58	CINARIZINA 75MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	1.200
59	CIPROFLOXACINO 200MG INJET. C/ 100 ML	FRASCO-FR	300
60	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 0,5% - SEM VASO 20ML	AMPOLA-AMP	500
61	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA PESADA - 20ML	AMPOLA-AMP	900
62	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO COMP. 500 MG	COMPRIMIDO-COM	3.000
63	COMPLEXO B INJETÁVEL, AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	6.000
64	DEXAMETASONA 2,5 ML 4 MG/ML	AMPOLA-AMP	6.000
65	DICLOFENACO DE POTASSIO 75MG/3ML, INJ. AMP. 3 ML.	AMPOLA-AMP	6.000
66	DICLOFENACO DE SÓDIO 75MG/3ML, INJ. AMP. 3 ML.	AMPOLA-AMP	9.000
67	DIGOXINA 0,25 MG	COMPRIMIDO-COM	1.800
68	DIMETICONA GOTAS, 10 ML.	VIDRO-VDR	3.000
69	DIPIRONA 50%, INJ. AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	8.500
70	ETILEFRINA 10 MG/ML, AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	600
71	FUROSEMIDA 20 MG/ 2 ML, AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	4.000
72	GENTAMICINA 20 MG/ML, INJ. AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	3.000
73	GENTAMICINA 40MG/ML, INJ. AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	3.000
74	GENTAMICINA 80MG/2ML, INJ. AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	3.000

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

75	GLICONATO DE CÁLCIO, 10%, INJ. 10 ML.	AMPOLA-AMP	600
76	GLICOSE 25%, AMP. 10 ML.	AMPOLA-AMP	3.000
77	GLICOSE 50% AMP. 10 ML.	AMPOLA-AMP	5.000
78	HIDROCORTISONA 100 MG, INJ.	AMPOLA-AMP	3.000
79	HIDROCORTISONA 500 MG, INJ. AMP. 4 ML.	AMPOLA-AMP	3.000
80	IMUNOGLOBULINA ANTI-RHD 300 MMCG.	AMPOLA-AMP	24
81	LIDOCAÍNA 2% GELÉIA, 30 GR.	BISNAGA-BG	500
82	LIDOCAÍNA SPRAY 10% 100 MG/ML 50 ML	FRASCO-FR	36
83	MALEATO DE ERGOMETRINA 1 ML 0,02 MG/ML	AMPOLA-AMP	1.000
84	MANITOL 200 MG/ML 20% - 250 ML	FRASCO-FR	360
85	METRONIDAZOL 0,5%, INJ. 100 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	2.000
86	OXACILINA 1G	AMPOLA-AMP	2.000
87	OXITOCINA 5 UI/ ML, AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	600
88	PENICILINA BENZATINA PO P/ SUSP. INJ. 1.200.000 UI, AMP	AMPOLA-AMP	2.000
89	PENICILINA BENZATINA PO P/ SUSP. INJ. 600.000 UI, AMP.	AMPOLA-AMP	1.200
90	PIRACETAN 1 GR, INJ. AMP. 5 ML.	AMPOLA-AMP	1.200
91	PROMETASINA 50 MG/2ML, INJ. AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	1.500
92	RINGER C/ LACTADO 500 ML	FRASCO-FR	5.000
93	RINGER SIMPLES 500 ML	FRASCO-FR	3.000
94	SOL. DE MANITOL 20% 250ML SISTEMA FECHADO	FRASCO-FR	240
95	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML CX	FRASCO-FR	3.000
96	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, 250 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	4.000
97	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, 500 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	8.000
98	SORO GLICOFISIOLOGICO C/ 500 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO-FR	3.000
99	SORO GLICOSADO 5% 250 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	3.500
100	SORO GLICOSADO 5% 500 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	6.000
101	SULFADIAZINA DE PRATA 1% POMADA 500 G	BISNAGA-BG	100
102	SULFATO DE MAGNÉSIO 50%, AMP. 10 ML.	AMPOLA-AMP	1.200
103	VITAMINA K 10 MG/ML, INJ. AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	800

GRUPO III - MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
104	AAS 100 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	20.000
105	AAS 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	15.000
106	ACIDO ASCORBICO GOTAS	VIDRO-VDR	1.000
107	ACIDO FÓLICO 5 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	23.000
108	ALBENDAZOL 400MG, COMP. MASTIGÁVEL.	COMPRIMIDO-COM	5.000
109	ALBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML.	VIDRO-VDR	1.500
110	AMBROXOL XAROPE ADULTO, 30MG/5ML, 100ML	VIDRO-VDR	1.500
111	AMBROXOL XAROPE PEDIATRICO, 15MG/5ML, 100ML	VIDRO-VDR	1.500
112	AMOXICILINA 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	15.000
113	AMOXICILINA PÓ P/ SUSP ORAL 50MG/ML C/ 60 ML.	FRASCO-FR	1.200
114	ATENOLOL 25 MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
115	ATENOLOL 50MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
116	AZITROMICINA 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	4.000
117	AZITROMICINA PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL 600MG C/ 15 ML	VIDRO-VDR	300
118	CAPTOPRIL 25 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	60.000
119	CEFALEXINA 500 MG, CAPS.	COMPRIMIDO-COM	8.000
120	CEFALEXINA, CLORIDRATO DE SUSP. ORAL 50 MG/ ML, C/ 60 ML.	FRASCO-FR	500
121	CETOCONAZOL 2%	UNIDADE-UN	1.000
122	CETOCONAZOL 200MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
123	COMPLEXO B	COMPRIMIDO-COM	8.000
124	COMPLEXO B GOTAS 20ML	VIDRO-VDR	1.000

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

125	DEXAMETASONA CREME	TALAO-TAL	1.000
126	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1G/ML.C/ 100 ML	VIDRO-VDR	1.200
127	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, XAROPE 0,4 MG/ML 100ML	VIDRO-VDR	1.200
128	DICLOFENACO DE POTASSIO 15MG/ML GOTAS COM 10ML	VIDRO-VDR	1.200
129	DICLOFENACO DE POTASSIO 50MG	COMPRIMIDO-COM	15.000
130	DIGOXINA 0,25MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	8.000
131	DIMETICONA 75 MG/ML GOTAS	VIDRO-VDR	1.500
132	DIPIRONA 500 MG	COMPRIMIDO-COM	25.000
133	DIPIRONA SÓDICA SOLUÇÃO ORAL 500MG/ML C/ 10ML.	FRASCO-FR	2.000
134	ENALAPRIL, MALEATO DE 10 MG CAIXA COM 500 COMPRIMIDOS	CAIXA-CX	120
135	ENALAPRIL, MALEATO DE 20MG CAIXA COM 500 COMPRIMIDOS	CAIXA-CX	120
136	ENALAPRIL, MALEATO DE 5MG COMP. CX C/500	CAIXA-CX	120
137	FLUCONAZOL 150 MG	COMPRIMIDO-COM	10.000
138	FUROSEMIDA 40 MG	COMPRIMIDO-COM	30.000
139	GLIBENCLAMIDA 5MG	COMPRIMIDO-COM	187.500
140	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG CAIXA COM 500 COMPRIMIDOS	CAIXA-CX	400
141	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO SUSPENSÃO 100 MIL,	FRASCO-FR	1.000
142	IBUPROFENO 50MG/ XAROPE	FRASCO-FR	4.000
143	IBUPROFENO, COMPRIMIDO 300 MG	COMPRIMIDO-COM	20.000
144	IBUPROFENO, COMPRIMIDO 600 MG	COMPRIMIDO-COM	20.000
145	IBUPROFENO, SUSPENSÃO ORAL 20 MG/ML C/ 30 ML	FRASCO-FR	1.000
146	IODETO DE POTÁSSIO 100 ML	FRASCO-FR	1.000
147	LIDOCAÍNA 20 GELEIA	UNIDADE-UN	1.000
148	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	COMPRIMIDO-COM	20.000
149	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	COMPRIMIDO-COM	25.000
150	MEBENDAZOL 100MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	20.000
151	MEBENDAZOL SUSP. ORAL, 20MG/ML C/ 30 ML,	FRASCO-FR	4.000
152	METFORMINA, CLORIDRATO, 500MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	20.000
153	METFORMINA, CLORIDRATO, 850MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	30.000
154	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE, 10 MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	4.000
155	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE, SOL. ORAL 4 MG/ML C/ 10 ML	FRASCO-FR	1.000
156	METRONIDAZOL 200 MG/ 5 ML SUSP. ORAL, C/ 80 ML.	FRASCO-FR	800
157	METRONIDAZOL 250 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	1.500
158	METRONIDAZOL 5% CREME VAGINAL C/ 40 GR.	BISNAGA-BG	1.500
159	MICONAZOL, LOÇÃO 2% C/ 30 ML	FRASCO-FR	500
160	MICONAZOL, NITRATO DE CREME 2% DERMAT. C/ 28 GR.	BISNAGA-BG	1.000
161	MICONAZOL, NITRATO DE CREME VAGINAL 2%, 60 GR.	BISNAGA-BG	1.500
162	NEOMICINA + BACITRACINA 0,5%/10G	BISNAGA-BG	1.000
163	NIMESULIDA 100 MG	COMPRIMIDO-COM	12.000
164	NIMESULIDA GOTAS	VIDRO-VDR	1.000
165	NISTATINA CREME VAGINAL BISNAGA	BISNAGA-BG	1.000
166	NISTATINA SUSP. ORAL 100.000 UI/ML C/ 30ML.	FRASCO-FR	500
167	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA	COMPRIMIDO-COM	24.000
168	PARACETAMOL 200MG/ML, SOL.ORAL C/ 15 ML.	FRASCO-FR	12.000
169	PARACETAMOL 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	25.000
170	PENICILINA BENZATINA PO P/ SUSP. INJ. 1.200.000 UI, AMP	FRASCO-FR	800
171	PENICILINA BENZATINA PO P/ SUSP. INJ. 600.000 UI, AMP.	FRASCO-FR	800
172	PREDNISONA 05 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	4.000
173	PREDNISONA 20 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	6.000

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER

CNPJ: 06.138.150/0001-42

174	PROPANOLOL, CLORIDRATO DE 40MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	40.000
175	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL PO P/ SOL. ORAL C/ 27,9 GR.	ENVELOPE-ENV	3.000
176	SALBUTAMOL XAROPE	VIDRO-VDR	1.500
177	SINVASTATINA COMP. 20 MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
178	SINVASTATINA COMP. 40 MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
179	SULFA. + TRIMETOPRINA 400 + 80 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	15.000
180	SULFADIAZINA DE PRATA 400G	UNIDADE-UN	100
181	SULFATO FERROSO 25 MG/ML, SOL.ORAL, 30 ML.	FRASCO-FR	1.000
182	SULFATO FERROSO 40 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	10.000

GRUPO IV - MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
183	ÁCIDO VALPRÓICO 50MG/ML (DEPAKENE)	FRASCO-FR	120
184	ALPRAZOLAM 1MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
185	ALPRAZOLAM 2MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
186	AMATO DE TOPIRAMATO 100MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
187	AMATO DE TOPIRAMATO 25MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
188	AMATO DE TOPIRAMATO 50MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
189	AMITRIPTILINA 25MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
190	AMITRIPTILINA 75MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
191	BIPERIDENO 2MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
192	BIPERIDENO 4MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
193	BROMAZEPAM 3MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
194	BROMAZEPAM 6MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
195	CARBAMAZEPINA 200MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
196	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO-FR	2.000
197	CARBAMAZEPINA 400MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
198	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
199	CITALOPRAM 20MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
200	CLONAZEPAM 0,5MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
201	CLONAZEPAM 2,5MG/ML GOTAS	FRASCO-FR	4.000
202	CLONAZEPAM 2MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
203	CLORPROMAZINA 100MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
204	CLORPROMAZINA 25MG	COMPRIMIDO-COM	1.200
205	CLORPROMAZINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.000
206	CLORPROMAZINA 40MG/ML CLORIDRATO	FRASCO-FR	500
207	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50 MG INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	600
208	DEPAKOTE 250MG	COMPRIMIDO-COM	1.600
209	DIAZEPAM 05MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
210	DIAZEPAM 10MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
211	DIAZEPAM 10MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	3.000
312	ESCITALOPRAM 10MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
213	FENITOÍNA 100MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
214	FENITOÍNA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.000
215	FENOBARBITAL 100MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
216	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.000
217	FENOBARBITAL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO-FR	2.000
218	FENTANILA 50MCG/ML INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.400
219	FENERGAN PROMETAZINA 25 MG INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	3.000
220	FLUMAZENIL 0,1MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	200
221	FLUOXETINA 20MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
222	HALOPERIDOL 1MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
223	HALOPERIDOL 2MG/ML	FRASCO-FR	500
224	HALOPERIDOL 5MG	COMPRIMIDO-COM	4.000

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

225	HALOPERIDOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.000
226	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
227	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
228	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
229	MIDAZOLAM 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	2.000
230	MORFINA 10MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.200
231	NALOXONA 0,4MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	200
232	NEOZINE 100MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
233	NEOZINE 25MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
234	OLANZAPINA 5MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
235	OLANZAPINA 10MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
236	OXCARBAZEPINA 300MG	COMPRIMIDO-COM	1.000
237	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO-FR	400
238	PAROXETINA 15MG	COMPRIMIDO-COM	1.000
239	PAROXETINA 20MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
240	PERICIAZINA 10MG	COMPRIMIDO-COM	400
241	PERICIAZINA 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO-FR	200
242	PROMETAZINA 25MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
243	RISPERIDONA 1MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
244	RISPERIDONA 2MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
245	RISPERIDONA 3MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
246	SERTRALINA 50MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
247	TRAMADOL 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	3.000
248	TRAMADOL 50 MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
249	VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML XAROPE	FRASCO-FR	2.000
250	ZOLPIDEM 12,5MG	COMPRIMIDO-COM	1.000
251	CLORIDRATO DE PETIDINA DE 50 G (ML INJETÁVEL)	AMPOLA-AMP	5.000

2.2. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.4. O **prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses**, contado da data de sua assinatura, observados os termos do art. 106 da Lei nº 14.133/21, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da supracitada Lei, condicionada sua eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.

2.5. O **fornecimento de medicamentos** é enquadrado como **continuado**, tendo em vista que é necessário seu fornecimento periódico, por meio de entregas ininterruptas ou permanentes, conforme a necessidade da Administração Pública, conforme destacado no estudo preliminar já realizado.

2.6. O contrato deverá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Justifica-se a contratação diante da necessidade desses medicamentos para atender a demanda da Secretaria de Saúde de Governador Archer, nas unidades hospitalares, ambulatoriais e administrativas do município.
- 4.2. Os medicamentos são necessários/básicos dentro dos vetores, para manutenção das atividades cotidianas da secretaria de saúde, sem o qual poderá prejudicar as atividades que são desenvolvidas, pois em sua maioria são utilizadas para dar agilidade aos processos administrativos dentro das unidades, a aquisição dos referidos materiais é fundamental para auxílio da saúde e combater doenças da população.
- 4.3. Registre-se que a aquisição se justifica ainda, pela necessidade de reposição do estoque de materiais do almoxarifado, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pela administração pública municipal. O que justifica a necessidade da realização da licitação para o referido objeto.
- 4.4. Para fins de dimensionamento do objeto, a comissão de contratação levou em consideração as contratações dos anos anteriores, conforme mencionado na ETP.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. **Sustentabilidade:** A Contratada deverá adotar práticas de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, conforme legislações correlatas, naquilo que couber, e ainda: cumprir com as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; cumprir diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.305/10.
- 6.2. **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 6.3. **Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 6.4. Após a publicação da homologação do resultado do Pregão, a licitante vencedora será convocada para retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o Contrato ou instrumento equivalente, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de recebimento da Notificação.
- 6.5. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.
- 6.6. O prazo de vigência do contrato e/ou qualquer instrumento contratual substituto equivalente fica adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários e será contado da data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- 6.7. Após assinatura do contrato a empresa deverá prestar o serviço conforme as cláusulas estabelecidas no tópico EXECUÇÃO DO OBJETO.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega do objeto será de até 72 (setenta e duas) horas, com prazo de tolerância de até 10 (dez) dias, mediante apresentação de justificativa, contados da data da assinatura do Ordem de Fornecimento.

7.2. Os produtos deverão ser entregues em locais, dias e horários definidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, devendo ser avisado com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, acompanhado da nota fiscal/fatura e cópia da nota de Fornecimento correspondente, sendo de inteira responsabilidade da Contratada o seu descarregamento.

7.3. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação, proposta.

7.4. Os produtos serão solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma parcelada, via telefone/fax ou e-mail;

7.5. Substituir o objeto em caso de recusa, defeito ou qualquer inadequação imediatamente, a contar da notificação do Termo de Recusa.

7.6. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela legislação e estar acondicionados em embalagens de fábrica, compatíveis e lacradas pelo próprio fabricante.

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

8.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.7. O gestor do contrato, a ser designado pela administração pública, conforme regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos.

- 8.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 8.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 8.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 8.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 8.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 8.14. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;
- 8.15. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.16. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.17. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.18. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.19. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.20. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 8.21. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 8.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.23. O gestor do contrato e os fiscais do contrato, serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno vinculados ao órgão ou à entidade promotora da contratação, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato.

8.24. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será feito em favor da empresa em até 30 (trinta) dias após o fornecimento por meio de depósito em conta corrente, através de Ordem Bancária após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em que deverão ser discriminados os números das respectivas requisições.

9.2. Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria Solicitante, conforme as solicitações.

10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, através da modalidade de licitação Pregão, na sua forma Eletrônica, conforme Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo do Município de Governador Archer-MA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**

11. CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

11.1. Os produtos estarão sujeitos à aceitação pelas Secretarias do Município, a qual caberá o direito de recusar, caso o(s) material (ais) não esteja (am) de acordo com o especificado;

11.2. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

11.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos produtos fornecidos;

11.4. O objeto deste Termo de Referência será fornecido mediante expresso requerimento, nos quantitativos que constarem do Contrato e da Ordem de Fornecimento, sendo que o objeto deste será pedido conforme necessidade dos setores responsáveis, contendo os seguintes dados:

- a) Secretaria Municipal solicitante;
- b) Informação da quantidade dos produtos;
- c) Informação do valor referente a cada produto;
- d) Informação da data e local da entrega dos produtos;
- e) Assinatura do funcionário da empresa;
- f) Assinatura e carimbo do fiscal do Contrato.

11.5. Após emissão da Ordem de Fornecimento de produto e da Nota de Empenho correspondente, o interessado será notificado pelo fiscal do Contrato para a retirada e assinatura desses documentos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período mediante requerimento fundamentado e aceito, contados da notificação.

11.6. Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada e possuir rótulo, elaborado de acordo com as normas vigentes, contendo a identificação e as especificações do produto, como indicação da marca, do fabricante e da procedência;

11.7. A entrega dos produtos será efetuada em dia e horário de expediente da Secretaria solicitante, no setor e local a serem indicados oportunamente.

11.8. Executada a Ordem de Fornecimento, o seu objeto será recebido: a) Provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante recibo, no prazo máximo de 02 (dois) dias da comunicação escrita do contratado, para efeito de verificação das especificações dos produtos com o constante da ordem de fornecimento; b) Definitivamente pelo fiscal do contrato, após verificação da sua adequação, mediante recibo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado ou do recebimento provisório.

11.9. Será rejeitado, no todo ou em parte o(s) produto (s) fornecido em desacordo com as condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento, ficando o Contratado sujeito à substituição, por sua conta, do objeto rejeitado.

11.10. O aceite/aprovação não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no art.18 da Lei nº 8. 078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

11.11. Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará o Contratado incorrendo em atraso na entrega e sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação.

12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

12.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992 e suas alterações, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

12.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.7. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

12.9.1. **Habilitação jurídica:**

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.9.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e RG dos sócios.

12.9.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual ou Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.9.4. **Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme entendimento da **Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;**
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - c.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- g) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de **5%** do valor total estimado da contratação.
- h) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.9.5 Qualificação técnica:

12.9.5.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade (**original ou cópia autenticada**) em nome do licitante.

12.9.5.2. Em caso da Licença Sanitária vencida, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação (protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia da Licença Sanitária vencida.

12.9.5.3 Comprovação de **Autorização de Funcionamento (AFE) do Fabricante e/ou Distribuidor**, emitida pela Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), através de cópia legível da sua publicação no DOU ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

12.9.5.4 Caso o medicamento esteja sujeito a controle especial, o licitante deverá comprovar a **Autorização de Funcionamento Especial (AFE)**, de acordo com a Portaria n.º 344/01, através de cópia legível da sua publicação no DOU ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor máximo aceitável para a presente contratação será sigiloso e só será divulgado depois de finalizada a etapa de lances, nos termos do artigo 15, § 1.º e 2.º do decreto 10.024/19.

14. JUSTIFICATIVA DO ORÇAMENTO SIGILOSO

14.1. Na presente licitação o Orçamento será sigiloso, na forma já enunciada anteriormente, considerando que geralmente a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, e tem sido muito comum quando as propostas iniciais estão com preços elevados ao mais próximo possível, ou igual ao valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de

princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato.

14.2. É importante lembrar que a Lei nº 14.133.21 determina, no seu art. 24, que a Administração elabore na fase preparatória do pregão um orçamento dos bens ou serviços a serem licitados. Entretanto a referida Lei não exige que a Administração faça constar no edital o orçamento estimado da contratação, podendo utilizar do orçamento sigiloso.

14.3. Em regra, esse é o entendimento encontrado na jurisprudência do TCU sobre a matéria. Diversos são os julgados da Corte de Contas Federal cujo sentido é o de dispensar a publicação do orçamento estimado da contratação no edital do pregão, com a possibilidade de os interessados terem acesso ao documento mediante requerimento. Vejamos alguns enunciados da jurisprudência selecionada do Tribunal:

14.4. Na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo administrativo relativo ao certame. Acórdão nº 394/2009 – Plenário – TCU.

14.5. Na modalidade pregão, o orçamento estimado não constitui elemento obrigatório do edital, contudo, deve estar inserido no processo relativo ao certame, bem como ser informado no ato convocatório os meios para obtenção desse orçamento. Acórdão nº 1513/2013 – Plenário – TCU.

14.6. Não é obrigatório que o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários sejam parte integrante do edital do pregão, mas o ato convocatório deve conter informações para obter tal orçamento. Acórdão nº 2816/2009 – Plenário – TCU.

14.7. Nas licitações sob a modalidade pregão, é obrigatória a inclusão do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários no processo administrativo que fundamenta a licitação, facultando-se ao gestor, caso julgue conveniente, incluir referido orçamento como anexo ao edital. Acórdão nº 5263/2009 – Segunda Câmara – TCU.

14.8. Desta forma e por todo justificado anteriormente, o orçamento está sob sigilo, porém se mantém acessível apenas para os serviços administrativos (internamente), e para os Órgãos de Controle na forma da lei, sendo disponibilizado a todos os interessados depois de findada a fase de lances.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

15.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;

- 15.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 15.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 15.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 15.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 15.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

16.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 16.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 16.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 16.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contratante, os bens ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 16.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 16.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá enviar a contratante os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 16.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

16.1.7. Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.1.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

16.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 155 e 156)

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

17.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4. deixar de entregar a documentação exigida no certame;

17.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

17.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

17.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

17.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas *alíneas 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7*, do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas *alíneas 10.1.8, 10.1.9, 10.1.10 e 10.1.11*, do subitem acima, bem como nas *alíneas 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

17.2.4. Multa: (1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

17.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º): a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para a Contratante; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica

sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

17.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o ano de 2024.

19. DO FORO

19.1. Quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento contratual serão apreciadas perante o foro da comarca de Santo Antônio dos Lopes/MA, ficando renunciado expressamente qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Governador Archer - MA, 19 de agosto de 2024.

Ana Karina da Silva e Silva

Assessora Administrativa

Portaria nº 089/2021

Autorizo o Termo de Referência

Viviane da Silva Vieira

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Portaria nº 060/2023

ANEXO II

- ESTUDO TÉCNICO PREELIMINAR – ETP -

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo Administrativo nº 23/2024.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e saneamento de Governador Archer/MA.

2.2. A falta de medicamentos e insumos diversos podem levar ao adiamento de cirurgias e outros procedimentos médicos programados, o que pode resultar em deterioração do estado de saúde dos pacientes e prolongamento do sofrimento. Sem os suprimentos adequados, os profissionais de saúde podem ser forçados a improvisar ou fazer escolhas difíceis sobre o tratamento dos pacientes, o que pode comprometer a qualidade dos cuidados prestados.

2.3. A falta de medicamentos e insumos diversos pode resultar na redução da disponibilidade de consultas e tratamentos adequados dificultando o acesso da população aos cuidados essenciais. Sem acesso aos materiais adequados, os pacientes podem não receber os tratamentos necessários para prevenir doenças e outras condições. A escassez de material pode levar ao adiamento ou cancelamento de consultas e prejudicar o atendimento de urgências e emergências, o que pode resultar em complicações e no agravamento de problemas existentes.

2.4. O hospital e as UBS do Município precisam garantir que tenham os medicamentos e insumos diversos necessários para atender às necessidades dos pacientes. Em situações de emergência, como acidentes graves ou desastres naturais, pode haver uma necessidade repentina de medicamentos para tratar os feridos. Alguns medicamentos são usados para prevenir doenças, como vacinas para imunização contra doenças infecciosas.

2.5. O município deve garantir que os medicamentos e insumos diversos atendam aos padrões de qualidade e segurança estabelecido pelos órgãos reguladores. Ao garantir o acesso a medicamentos e insumos diversos, o município contribui para a promoção da saúde pública e o bem-estar da comunidade como um todo.

2.6. Existem regulamentos e leis que exigem que os municípios forneçam determinados serviços de saúde e adquiram os suprimentos necessários para isso. O não cumprimento dessas obrigações pode resultar em consequências legais e impactar negativamente a saúde da população. Em resumo, a aquisição de medicamentos e insumos diversos é essencial para garantir a capacidade do município de fornecer serviços de saúde de qualidade e atender às necessidades médicas da comunidade.

2.7. A contratação desses itens é essencial e assim garantindo direito a todos com atendimento de qualidade, independentemente de sua situação financeira, tenham acesso aos cuidados de saúde necessária.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Ao contratar o fornecimento de medicamentos e insumos diversos, é importante seguir uma série de requisitos para garantir a qualidade dos produtos, a conformidade com normas e regulamentos, e uma contratação eficiente. Aqui estão alguns requisitos importantes a serem considerados:

a) Os medicamentos e insumos diversos contratados devem atender aos padrões de qualidade e segurança estabelecido pelas autoridades reguladoras de saúde. Isso pode incluir a necessidade de certificados de conformidade, aprovações de registro e garantias de boas práticas de fabricação.

b) Considerações logísticas, como transporte e armazenamento adequados, também são essenciais para garantir a integridade dos produtos durante todo o processo de distribuição.

c) Os fornecedores devem fornecer documentação adequada:

* Todos os medicamentos devem estar obrigatoriamente registrados na ANVISA.

***Licença Sanitária Estadual ou Municipal**, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade (**original ou cópia autenticada**) em nome do licitante.

Em caso da Licença Sanitária vencida, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação (protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia da Licença Sanitária vencida.

* Comprovação de **Autorização de Funcionamento (AFE) do Fabricante e/ou Distribuidor**, emitida pela Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), através de cópia legível da sua publicação no DOU ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

*Caso o medicamento esteja sujeito a controle especial, o licitante deverá comprovar a **Autorização de Funcionamento Especial (AFE)**, de acordo com a Portaria n.º 344/01, através de cópia legível da sua publicação no DOU ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

e) Priorizar produtos que sejam ambientalmente sustentáveis, como produtos biodegradáveis, recicláveis ou fabricados com materiais sustentáveis, contribuindo assim para práticas de consumo responsável e redução do impacto ambiental.

f) Ao definir esses requisitos e a solução apresentada que atenda a eles, é mais provável que Aquisição de medicamentos e insumos diversos seja bem-sucedido e atenda às necessidades do Município. Os demais requisitos quanto à contratação e execução dos serviços serão pormenorizados no Termo de Referência elaborado pela presente Comissão de Contratações Públicas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Após verificação do objeto demandado e dos requisitos de contratação, a Comissão de Planejamento de Contratações realizou o levantamento de mercado e identificou que a forma mais eficaz para a realidade do município é a contratação com fornecedores, através de licitação pública. Não conseguimos visualizar nenhuma outra forma que se adeque ao município para esse tipo de contratação.

I – conforme demonstrado na planilha abaixo o objeto demandado possui contratações similares realizadas por outros entes públicos, não se tratando de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

ÓRGÃO/ ENTIDADE DA CONTRAÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	OBJETO DA CONTRATAÇÃO
Município de São Raimundo do Doca Bezerra/MA	Pregão Eletrônico nº 034/2023	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos de interesse da secretaria de saúde deste município de São Raimundo do Doca Bezerra –

		MA.
Município de Poção de Pedras /MA	Pregão Eletrônico nº 022/2023	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de medicamentos hospitalar, de forma parcelada, para atender as necessidades do Hospital Municipal de Poção de Pedras (MA).
Município de São Roberto /MA	Pregão Eletrônico nº 004/2023.	Registro de preços para a aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de São Roberto/MA.

II- Conforme demonstrado anteriormente na planilha acima foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no qual se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

III- Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido; Empresas privadas têm conhecimento e experiência específicos na produção ou fornecimento dos produtos necessários. Isso geralmente resulta em maior eficiência na entrega e melhor qualidade dos produtos. As empresas privadas estão geralmente mais orientadas para atender às necessidades dos clientes, o que pode resultar em melhorias nos serviços prestados à população. Podendo proporcionar maior flexibilidade e agilidade na adaptação às mudanças nas demandas ou nas condições do mercado, permitindo que a administração pública responda de forma mais eficaz a necessidades emergentes.

IV- O Sistema de Registro de Preços é uma alternativa viável e mais eficiente para Administração Pública, pois os itens são fornecidos a partir da demanda. Permite que a administração pública negocie preços e condições com os fornecedores uma única vez, evitando a necessidade de realizar processos licitatórios separados para cada compra. Isso economiza tempo e recursos administrativos, tanto para a entidade pública quanto para os fornecedores. Registro de preços permite que a administração pública faça compras conforme necessário, dentro do período de validade do registro, sem a necessidade de seguir procedimentos de licitação completos a cada compra. Isso proporciona maior flexibilidade para responder às necessidades emergenciais ou imprevistas;

V- Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junta ao mercado para coleta de contribuições;

VI- A aquisição dos materiais do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente, aquisição de órgãos públicos, em todas as suas esferas.

VII- Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Conforme demonstrado, no tópico levantamento de mercado a medida comumente utilizada pelos entes públicos é a contratação de empresa especializada para fornecimentos dos itens da presente demanda, realizada em sua grande maioria através de Pregão Eletrônico com a finalidade de Registro de Preços.

6.2. Considerando que objeto em tela é demanda por vários setores que compõe a Secretaria Municipal de Saúde do Município, e que o fornecimento ocorrerá conforme a necessidade das mesmas sendo os quantitativos levantados através de estimativa de consumo. A solução mais viável para presente contratação é realiza-la no formato licitatório de Pregão Eletrônico, já que o objeto se enquadra na definição de bens comuns de acordo com a Lei nº 14.133/2021, tendo como a finalidade o Registro de Preços.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

7.1. As quantidades estimadas foram definidas baseadas na experiência de utilização dos mesmos, foram realizadas análises das últimas aquisições deste Órgão do referido objeto (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2022 e PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2023).

7.2. A estimativa das quantidades também foi feita, levando em consideração os seguintes parâmetros:

- a) Necessidade atual das quantidades dos itens a serem fornecidos anualmente para secretaria municipal de saúde.
- b) Houve consulta a outros municípios com características, necessidades e demandas semelhantes para uma comparação, tais como informado no levantamento de mercado.

LOTE I - MEDICAMENTOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	AMBROXOL XAROPE ADULTO, 30 MG/ 5 ML, 100 ML.	VIDRO-VDR	1.500
02	AMBROXOL XAROPE PEDIATRICO, 15 MG/ 5 ML, 100 ML.	VIDRO-VDR	1.500
03	AMPICILINA 250 MG/5 ML,60 ML	VIDRO-VDR	500
04	AMPICILINA 500 MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
05	BROMOPRIDA GOTAS, 20 ML.	FRASCO-FR	1.000
06	CETOCONAZOL 200 MG CMP	COMPRIMIDO-COM	22.000
07	CETOCONAZOL CREME	TAMBOR-TB	1.000
08	CIMETIDINA 200 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	8.000
09	CINARIZINA 25 MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
10	CINARIZINA 75 MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
11	COMPLEXO B CMP	COMPRIMIDO-COM	25.000
12	COMPLEXO B GOTAS DE 20 ML.	VIDRO-VDR	1.000
13	COMPLEXO B XAROPE	VIDRO-VDR	1.000
14	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 15MG/ML GOTAS, C/ 20 ML.	VIDRO-VDR	1.000
15	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	6.000
16	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	40.000
17	DIMETICONA 40 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	15.000
18	DIPIRONA 500 MG, CMP	COMPRIMIDO-COM	45.000
19	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG, COMP	COMPRIMIDO-COM	90.000
20	IODETO DE POTASSIO 100 ML XAROPE	VIDRO-VDR	1.000
21	NEOMICINA + BACITRACINA 0,5%, C/ 10 G.	BISNAGA-BG	1.000
22	NISTATINA CREME VAGINAL 250.000 UI, 50 GR.	BISNAGA-BG	1.500
23	OLEO MINERAL 100 ML	VIDRO-VDR	240
24	OMEPRAZOL 40MG	COMPRIMIDO -COM	8.000
25	POLIVITAMINA LIQ. 100 ML	VIDRO-VDR	500

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

26	SALBUTAMOL 0,04% XAROPE C/ 100ML.	FRASCO-FR	1.500
27	SECNIDAZOL 1G, CMP	COMPRIMIDO-COM	4.000
28	VITAMINA C GOTAS 20 ML.	VIDRO-VDR	3.000
29	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG/0,2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (EQUIVALENTE A 100MG/ML) - SERINGA 0,2ML	UNIDADE-UN	30
30	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (EQUIVALENTE A 100MG/ML) - SERINGA 0,4ML	UNIDADE-UN	120
31	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (EQUIVALENTE A 100MG/ML) - SERINGA 0,6ML	UNIDADE-UN	120
32	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 5 ML IV C/ 25	CAIXA-CX	5

LOTE II- MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA HOSPITALAR			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO PARA FORNECIMENTO	UNID.	QTD.
33	ACIDO ASCÓRBICO 1G, INJ. AMP. 5 ML.	AMPOLA-AMP	2.000
34	ACIDO TRANEXÂMICO 250MG/5ML, INJ.	AMPOLA-AMP	1.000
35	ÁGUA DESTILADA 1 LT	UNIDADE-UN	600
36	ÁGUA DESTILADA 500 ML	UNIDADE-UN	600
37	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML	AMPOLA-AMP	3.000
38	ÁGUA PARA INJEÇÃO 250 ML, SISTEMA FECHADO.	VIDRO-VDR	600
39	AMINOFILINA 24MG/ML INJET.10ML	AMPOLA-AMP	600
40	AMIODARONA 150 MG/ 3 ML	AMPOLA-AMP	500
41	AMIODARONA 50 MG/ML	AMPOLA-AMP	500
42	AMPICILINA 1G, INJ.	AMPOLA-AMP	2.000
43	AMPICILINA 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	4.000
44	ATENOLOL 100 MG	COMPRIMIDO-COM	3.000
45	ATENOLOL 50 MG	COMPRIMIDO-COM	3.000
46	ATROPINA 0,25 MG, AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	1.000
47	BROMOPRIDA 4MG/ML 20 ML GOTAS	FRASCO-FR	1.000
48	BROMOPRIDA 5 MG/ML 2 ML	AMPOLA-AMP	2.000
49	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 10 MG/ML C/ 20 ML GOTAS (BUSCOPAN COMPOSTOGOTAS)	AMPOLA-AMP	500
50	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML INJETÁVEL (BUSCOPAN COMPOSTO)	AMPOLA-AMP	5.000
51	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML 1 MIL (BUSCOPAN SIMPLES)	AMPOLA-AMP	3.000
52	CEFALEXINA 500 MG	COMPRIMIDO-COM	3.600
53	CEFALOTINA 1G S/ DILUENTE, INJ.	AMPOLA-AMP	5.000
54	CEFTRIAXONA 1 GR INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	3.000
55	CIMETIDINA 200MG CAIXA C/ 500 COMP	CAIXA-CX	30
56	CIMETIDINA 300MG/2ML, INJ.	AMPOLA-AMP	3.000
57	CINARIZINA 25MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	1.200
58	CINARIZINA 75MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	1.200
59	CIPROFLOXACINO 200MG INJET. C/ 100 ML	FRASCO-FR	300
60	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 0,5% - SEM VASO 20ML	AMPOLA-AMP	500
61	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA PESADA - 20ML	AMPOLA-AMP	900
62	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO COMP. 500 MG	COMPRIMIDO-COM	3.000
63	COMPLEXO B INJETÁVEL, AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	6.000
64	DEXAMETASONA 2,5 ML 4 MG/ML	AMPOLA-AMP	6.000
65	DICLOFENACO DE POTASSIO 75MG/3ML, INJ. AMP. 3 ML.	AMPOLA-AMP	6.000
66	DICLOFENACO DE SÓDIO 75MG/3ML, INJ. AMP. 3 ML.	AMPOLA-AMP	9.000
67	DIGOXINA 0,25 MG	COMPRIMIDO-COM	1.800
68	DIMETICONA GOTAS, 10 ML.	VIDRO-VDR	3.000
69	DIPIRONA 50%, INJ. AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	8.500
70	ETILEFRINA 10 MG/ML, AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	600
71	FUROSEMIDA 20 MG/ 2 ML, AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	4.000
72	GENTAMICINA 20 MG/ML, INJ. AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	3.000
73	GENTAMICINA 40MG/ML, INJ. AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	3.000
74	GENTAMICINA 80MG/2ML, INJ. AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	3.000
75	GLICONATO DE CÁLCIO, 10%, INJ. 10 ML.	AMPOLA-AMP	600

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

76	GLICOSE 25%, AMP. 10 ML.	AMPOLA-AMP	3.000
77	GLICOSE 50% AMP. 10 ML.	AMPOLA-AMP	5.000
78	HIDROCORTISONA 100 MG, INJ.	AMPOLA-AMP	3.000
79	HIDROCORTISONA 500 MG, INJ. AMP. 4 ML.	AMPOLA-AMP	3.000
80	IMUNOGLOBULINA ANTI-RHD 300 MMCG.	AMPOLA-AMP	24
81	LIDOCAÍNA 2% GELEIA, 30 GR.	BISNAGA-BG	500
82	LIDOCAÍNA SPRAY 10% 100 MG/ML 50 ML	FRASCO-FR	36
83	MALEATO DE ERGOMETRINA 1 ML 0,02 MG/ML	AMPOLA-AMP	1.000
84	MANITOL 200 MG/ML 20% - 250 ML	FRASCO-FR	360
85	METRONIDAZOL 0,5%, INJ. 100 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	2.000
86	OXACILINA 1G	AMPOLA-AMP	2.000
87	OXITOCINA 5 UI/ ML, AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	600
88	PENICILINA BENZATINA PO P/ SUSP. INJ. 1.200.000 UI, AMP	AMPOLA-AMP	2.000
89	PENICILINA BENZATINA PO P/ SUSP. INJ. 600.000 UI, AMP.	AMPOLA-AMP	1.200
90	PIRACETAN 1 GR, INJ. AMP. 5 ML.	AMPOLA-AMP	1.200
91	PROMETASINA 50 MG/2ML, INJ. AMP. 2 ML.	AMPOLA-AMP	1.500
92	RINGER C/ LACTADO 500 ML	FRASCO-FR	5.000
93	RINGER SIMPLES 500 ML	FRASCO-FR	3.000
94	SOL. DE MANITOL 20% 250ML SISTEMA FECHADO	FRASCO-FR	240
95	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML CX	FRASCO-FR	3.000
96	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, 250 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	4.000
97	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, 500 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	8.000
98	SORO GLICOFISIOLOGICO C/ 500 ML SISTEMA FECHADO	FRASCO-FR	3.000
99	SORO GLICOSADO 5% 250 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	3.500
100	SORO GLICOSADO 5% 500 ML, SISTEMA FECHADO.	FRASCO-FR	6.000
101	SULFADIAZINA DE PRATA 1% POMADA 500 G	PACOTE-PAC	100
102	SULFATO DE MAGNÉSIO 50%, AMP. 10 ML.	AMPOLA-AMP	1.200
103	VITAMINA K 10 MG/ML, INJ. AMP. 1 ML.	AMPOLA-AMP	800

LOTE III - MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO PARA FORNECIMENTO	UNID.	QTD.
104	AAS 100 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	20.000
105	AAS 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	15.000
106	ACIDO ASCORBICO GOTAS	VIDRO-VDR	1.000
107	ACIDO FÓLICO 5 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	23.000
108	ALBENDAZOL 400MG, COMP. MASTIGÁVEL.	COMPRIMIDO-COM	5.000
109	ALBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML.	VIDRO-VDR	1.500
110	AMBROXOL XAROPE ADULTO, 30MG/5ML, 100ML	VIDRO-VDR	1.500
111	AMBROXOL XAROPE PEDIATRICO, 15MG/5ML, 100ML	VIDRO-VDR	1.500
112	AMOXICILINA 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	15.000
113	AMOXICILINA PÓ P/ SUSP ORAL 50MG/ML C/ 60 ML.	FRASCO-FR	1.200
114	ATENOLOL 25 MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
115	ATENOLOL 50MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
116	AZITROMICINA 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	4.000
117	AZITROMICINA PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL 600MG C/ 15 ML	VIDRO-VDR	300
118	CAPTOPRIL 25 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	60.000
119	CEFALEXINA 500 MG, CAPS.	COMPRIMIDO-COM	8.000
120	CEFALEXINA, CLORIDRATO DE SUSP. ORAL 50 MG/ ML, C/ 60 ML.	FRASCO-FR	500
121	CETOCONAZOL 2%	UNIDADE-UN	1.000
122	CETOCONAZOL 200MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
123	COMPLEXO B	COMPRIMIDO-COM	8.000
124	COMPLEXO B GOTAS 20ML	VIDRO-VDR	1.000
125	DEXAMETASONA CREME	TALAO-TAL	1.000
126	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1G/ML.C/ 100 ML	VIDRO-VDR	1.200
127	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, XAROPE 0,4 MG/ML 100ML	VIDRO-VDR	1.200
128	DICLOFENACO DE POTASSIO 15MG/ML GOTAS COM 10ML	VIDRO-VDR	1.200
129	DICLOFENACO DE POTASSIO 50MG	COMPRIMIDO-COM	15.000
130	DIGOXINA 0,25MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	8.000

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

131	DIMETICONA 75 MG/ML GOTAS	VIDRO-VDR	1.500
132	DIPIRONA 500 MG C/ 500 COMPRIMIDOS	CAIXA-CX	50
133	DIPIRONA SÓDICA SOLUÇÃO ORAL 500MG/ML C/ 10ML.	FRASCO-FR	2.000
134	ENALAPRIL, MALEATO DE 10 MG CAIXA COM 500 COMPRIMIDOS	CAIXA-CX	120
135	ENALAPRIL, MALEATO DE 20MG CAIXA COM 500 COMPRIMIDOS	CAIXA-CX	120
136	ENALAPRIL, MALEATO DE 5MG COMP. CX C/500	CAIXA-CX	120
137	FLUCONAZOL 150 MG, CAIXA COM 500 COMPRIMIDOS	CAIXA-CX	20
138	FUROSEMIDA 40 MG, CAIXA COM 500 COMPRIMIDOS	CAIXA-CX	60
139	GLIBENCLAMIDA 5MG CAIXA COM 750 COMPRIMIDOS.	CAIXA-CX	250
140	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG CAIXA COM 500 COMPRIMIDOS	CAIXA-CX	400
141	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO SUSPENSÃO 100 MIL,	FRASCO-FR	1.000
142	IBUPROFENO 50MG/ XAROPE	FRASCO-FR	4.000
143	IBUPROFENO, COMPRIMIDO 300 MG	COMPRIMIDO-COM	20.000
144	IBUPROFENO, COMPRIMIDO 600 MG	COMPRIMIDO-COM	20.000
145	IBUPROFENO, SUSPENSÃO ORAL 20 MG/ML C/ 30 ML	FRASCO-FR	1.000
146	IODETO DE POTÁSSIO 100 ML	FRASCO-FR	1.000
147	LIDOCAÍNA 20 GELEIA	UNIDADE-UN	1.000
148	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	COMPRIMIDO-COM	20.000
149	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	COMPRIMIDO-COM	25.000
150	MEBENDAZOL 100MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	20.000
151	MEBENDAZOL SUSP. ORAL, 20MG/ML C/ 30 ML,	FRASCO-FR	4.000
152	METFORMINA, CLORIDRATO, 500MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	20.000
153	METFORMINA, CLORIDRATO, 850MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	30.000
154	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE, 10 MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	4.000
155	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE, SOL. ORAL 4 MG/ML C/ 10 ML	FRASCO-FR	1.000
156	METRONIDAZOL 200 MG/ 5 ML SUSP. ORAL, C/ 80 ML.	FRASCO-FR	800
157	METRONIDAZOL 250 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	1.500
158	METRONIDAZOL 5% CREME VAGINAL C/ 40 GR.	BISNAGA-BG	1.500
159	MICONAZOL, LOÇÃO 2% C/ 30 ML	FRASCO-FR	500
160	MICONAZOL, NITRATO DE CREME 2% DERMAT. C/ 28 GR.	BISNAGA-BG	1.000
161	MICONAZOL, NITRATO DE CREME VAGINAL 2%, 60 GR.	BISNAGA-BG	1.500
162	NEOMICINA + BACITRACINA 0,5%/10G	BISNAGA-BG	1.000
163	NIMESULIDA 100 MG	COMPRIMIDO-COM	12.000
164	NIMESULIDA GOTAS	VIDRO-VDR	1.000
165	NISTATINA CREME VAGINAL BISNAGA	BISNAGA-BG	1.000
166	NISTATINA SUSP. ORAL 100.000 UI/ML C/ 30ML.	FRASCO-FR	500
167	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA	COMPRIMIDO-COM	24.000
168	PARACETAMOL 200MG/ML, SOL.ORAL C/ 15 ML.	FRASCO-FR	12.000
169	PARACETAMOL 500 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	25.000
170	PENICILINA BENZATINA PO P/ SUSP. INJ. 1.200.000 UI, AMP	FRASCO-FR	800
171	PENICILINA BENZATINA PO P/ SUSP. INJ. 600.000 UI, AMP.	FRASCO-FR	800
172	PREDNISONA 05 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	4.000
173	PREDNISONA 20 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	6.000
174	PROPANOLOL, CLORIDRATO DE 40MG COMP.	COMPRIMIDO-COM	40.000
175	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL PO P/ SOL. ORAL C/ 27,9 GR.	ENVELOPE-ENV	3.000
176	SALBUTAMOL XAROPE	VIDRO-VDR	1.500
177	SINVASTATINA COMP. 20 MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
178	SINVASTATINA COMP. 40 MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
179	SULFA. + TRIMETOPRINA 400 + 80 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	15.000
180	SULFADIAZINA DE PRATA 400G	UNIDADE-UN	100
181	SULFATO FERROSO 25 MG/ML, SOL.ORAL, 30 ML.	FRASCO-FR	1.000
182	SULFATO FERROSO 40 MG, COMP.	COMPRIMIDO-COM	10.000
LOTE IV - MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO PARA FORNECIMENTO	UNID.	QTD.
183	ÁCIDO VALPRÓICO 50MG/ML (DEPAKENE)	FRASCO-FR	120
184	ALPRAZOLAM 1MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
185	ALPRAZOLAM 2MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
186	AMATO DE TOPIRAMATO 100MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
187	AMATO DE TOPIRAMATO 25MG	COMPRIMIDO-COM	5.000

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

188	AMATO DE TOPIRAMATO 50MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
189	AMITRIPTILINA 25MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
190	AMITRIPTILINA 75MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
191	BIPERIDENO 2MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
192	BIPERIDENO 4MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
193	BROMAZEPAM 3MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
194	BROMAZEPAM 6MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
195	CARBAMAZEPINA 200MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
196	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO-FR	2.000
197	CARBAMAZEPINA 400MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
198	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
199	CITALOPRAM 20MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
200	CLONAZEPAM 0,5MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
201	CLONAZEPAM 2,5MG/ML GOTAS	FRASCO-FR	4.000
202	CLONAZEPAM 2MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
203	CLORPROMAZINA 100MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
204	CLORPROMAZINA 25MG	COMPRIMIDO-COM	1.200
205	CLORPROMAZINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.000
206	CLORPROMAZINA 40MG/ML CLORIDRATO	FRASCO-FR	500
207	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50 MG INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	600
208	DEPAKOTE 250MG	COMPRIMIDO-COM	1.600
209	DIAZEPAM 05MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
210	DIAZEPAM 10MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
211	DIAZEPAM 10MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	3.000
312	ESCITALOPRAM 10MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
213	FENITOÍNA 100MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
214	FENITOÍNA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.000
215	FENOBARBITAL 100MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
216	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.000
217	FENOBARBITAL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO-FR	2.000
218	FENTANILA 50MCG/ML INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.400
219	FENERGAN PROMETAZINA 25 MG INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	3.000
220	FLUMAZENIL 0,1MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	200
221	FLUOXETINA 20MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
222	HALOPERIDOL 1MG	COMPRIMIDO-COM	2.000
223	HALOPERIDOL 2MG/ML	FRASCO-FR	500
224	HALOPERIDOL 5MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
225	HALOPERIDOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.000
226	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
227	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
228	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
229	MIDAZOLAM 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	2.000
230	MORFINA 10MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	1.200
231	NALOXONA 0,4MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	200
232	NEOZINE 100MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
233	NEOZINE 25MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
234	OLANZAPINA 5MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
235	OLANZAPINA 10MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
236	OXCARBAZEPINA 300MG	COMPRIMIDO-COM	1.000
237	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO-FR	400
238	PAROXETINA 15MG	COMPRIMIDO-COM	1.000
239	PAROXETINA 20MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
240	PERICIAZINA 10MG	COMPRIMIDO-COM	400
241	PERICIAZINA 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO-FR	200
242	PROMETAZINA 25MG	COMPRIMIDO-COM	8.000
243	RISPERIDONA 1MG	COMPRIMIDO-COM	4.000
244	RISPERIDONA 2MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
245	RISPERIDONA 3MG	COMPRIMIDO-COM	6.000
246	SERTRALINA 50MG	COMPRIMIDO-COM	4.000

247	TRAMADOL 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA-AMP	3.000
248	TRAMADOL 50 MG	COMPRIMIDO-COM	5.000
249	VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML XAROPE	FRASCO-FR	2.000
250	ZOLPIDEM 12,5MG	COMPRIMIDO-COM	1.000
251	CLORIDRATO DE PETIDINA DE 50 G (ML INJETÁVEL)	AMPOLA-AMP	5.000

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A administração estima como valor da contratação **R\$ 3.253.082,05 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitenta e dois reais e cinco centavos)** conforme pesquisa preliminar de preços anexos a este estudo.

9. JUSFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Ao dividir a aquisição em lotes menores, a licitação por lote pode atrair um maior número de fornecedores, incluindo pequenas e médias empresas, o que promove a competição e diversidade no processo de contratação. Isso pode resultar em benefícios econômicos, como preços mais competitivos e inovação nos produtos oferecidos.

9.2. Licitar por lotes oferece flexibilidade na gestão de contratos, permitindo que a administração pública ajuste o volume de aquisição, as especificações dos produtos ou outros termos contratuais conforme necessário. Isso pode ser útil em situações onde há mudanças nas necessidades ou preferências dos consumidores ao longo do tempo.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si. 10.2. Já contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para plena satisfação da necessidade da Administração.

10.3. Levando em consideração os fatos apresentados, e após verificação dos itens que compõem a presente demanda, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

11. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

11.1. O Município de Governador Archer não possui Plano Anual de Contratações para o exercício de 2024, porém a contratação em tela é realizada anualmente e está alinhada com os demais instrumentos de planejamento do Município (PPA, LDO e LOA).

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Com a presente contratação espera-se garantir o abastecimento contínuo, a qualidade e a acessibilidade dos tratamentos, assegurando o atendimento adequado às necessidades de saúde da população do município. A disponibilização constante de medicamentos é um serviço imprescindível cuja falta pode comprometer o atendimento à saúde da população, aumentar a vulnerabilidade a doenças e sobrecarregar o sistema de saúde local.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO

13.1. Por se tratar de bens de consumo não se faz necessário a adaptação de ambientes para a plena execução do objeto.

13.2. O objeto também não necessita da capacitação constata dos servidores para gestão e fiscalização do objeto. Porém é necessário a prévia definição dos gestores e fiscais de contrato para atuarem durante a prestação dos serviços.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, pode ter vários impactos ambientais, tanto durante o processo de produção quanto no descarte dos produtos. Nesse caso, a Secretaria de Saúde deve ensinar os seus servidores a forma correta:

Separação: Separe os medicamentos por tipo (sólidos, líquidos, injetáveis) e verifique se estão vencidos ou danificados.

Identificação: Identifique os medicamentos vencidos ou não utilizados para garantir um descarte adequado.

Descarte em Farmácias ou Postos de Saúde: Muitas farmácias e postos de saúde possuem programas de coleta de medicamentos vencidos. Verifique se há algum local próximo que oferece esse serviço.

Descarte no Lixo Comum: Se não houver um local de coleta especializado disponível, os medicamentos sólidos podem ser misturados com terra, café ou serragem antes de serem descartados no lixo comum. Líquidos e injetáveis devem ser diluídos em água antes de descartar.

Não Descarte na Pia ou no Vaso Sanitário: Evite jogar medicamentos diretamente na pia ou no vaso sanitário, pois podem contaminar o meio ambiente.

14.2. Diante desses impactos ambientais, é importante que a empresa contratada adote práticas sustentáveis ao longo de toda a cadeia de suprimentos, a redução do uso de materiais descartáveis, a promoção do uso de embalagens biodegradáveis e recicláveis, o desenvolvimento de programas de reciclagem e descarte seguro de resíduos, e o investimento em tecnologias mais limpas e eficientes. 14.3. Além disso, as instituições de saúde podem promover o uso racional de medicamentos e insumos, reduzindo o desperdício e minimizando o impacto ambiental de suas operações.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

15.1. A presente contratação se revela necessária, tendo o estudo técnico preliminar evidenciado qual das opções disponíveis no mercado apresenta melhor viabilidade técnica e econômica para satisfação do interesse público, sendo indicada para o presente caso, a contratação de empresa, sob registro de preços, para aquisição de medicamentos e insumos diversos para atender a demanda do Município de Governador Archer – MA. Dessa forma, concluímos que a solução indicada é a mais adequada e requeremos a continuidade do processo para efetivar a contratação, visando o atendimento da necessidade a que se destina.

16. RESPONSÁVEIS

Governador Archer – MA, 30 de julho de 2024.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

MARCILÉIA DOS SANTOS SILVA
PORTARIA Nº 53/20212.

LUCIANO SILVA DE SÁ
TERMO DE CONTRATO Nº 047/2024.

LAYS REGINA DE OLIVEIRA BARROS
TERMO DE CONTRATO Nº 077/2024.

VIVIANNE DA SILVA VIEIRA,
PORTARIA Nº 060/2023.

ANEXO III

- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024 -



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA** _____/MA, com sede na _____/MA, neste ato representado pelo **Secretário Municipal de** _____, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, para atender as demandas do(a) _____, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** ____/2024 – CPL, para **REGISTRO DE PREÇOS**, e a respectiva homologação do **Processo Administrativo nº** ____/2024, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para** _____, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE E	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de** _____ da Prefeitura Municipal de _____..

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, **NÃO É PERMITIDA** a adesão de órgãos não participantes:

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado;
- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

9.2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

_____/MA, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal
ORGÃO GERENCIADOR

Representante legal
EMPRESA BENEFICIÁRIA

ANEXO IV
- MINUTA DE CONTRATO -



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

CONTRATO Nº ____/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024 QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
____ DO MARANHÃO E A EMPRESA
_____.

A Prefeitura Municipal de Governador Archer (MA), por intermédio da Secretária Municipal de _____, neste ato representada pelo Sr. _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na _____, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____, e a empresa _____, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
R\$					

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do Art. 105 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado em conformidade com a inteligência do Art. 107 do mesmo dispositivo legal.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

- 3.1. Não é permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

- 4.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 9 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E REAJUSTE

- 5.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXX)**, que será pago a contratada na proporção do fornecimento.
- 5.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da celebração do instrumento contratual.
- 5.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 5.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 5.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 5.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 5.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 6.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 6.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 6.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 7.2. Entregar o objeto nas condições estabelecidas neste edital;
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

7.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- a) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- b) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- c) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- d) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.5.3. Indenizações e multas.

10.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____:

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e a manifestação da procuradoria do município;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER
CNPJ: 06.138.150/0001-42

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Governador Archer/MA, _____ de _____ de 2024.

Representante legal
CONTRATANTE

Representante legal
CONTRATADA